

A integração do negro na sociedade de classes 60 anos depois: uma análise a partir de Florestan Fernandes

ATAUÃ MARTINS MARTINS¹
FRANCISCO DOS SANTOS KIELING²

¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – atauamartins1@gmail.com

² UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – franciscokielling@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Florestan Fernandes é reconhecido como o mais importante Sociólogo brasileiro. Nascido na cidade de São Paulo, em 22 de Julho de 1920, destacou-se no estudo da sociedade brasileira, analisando a forma como a população negra foi inserida na sociedade brasileira pós escravidão.

O objetivo central nesse trabalho é analisar a inserção do negro na sociedade de classes brasileira nas primeiras décadas do século XXI, com base no estudo de Florestan Fernandes, “*A Integração do Negro na Sociedade de Classes*” (1964). Para isso, atualizamos a discussão a partir de dados recentes sobre a desigualdade racial no Brasil, problematizando os limites e possibilidades no processo de inclusão social da população negra desde a época em que Florestan escreveu.

A leitura de Florestan apontou para a necessidade de busca de dados atualizados sobre as desigualdades de inserção social entre negros e brancos na sociedade brasileira. Florestan evidencia que a ordem social competitiva e o regime de classes sociais não se implementaram de maneira instantânea e homogênea na cidade de São Paulo, campo empírico do autor. Em nossa pesquisa, buscamos os dados nacionais, ampliando e atualizando o escopo da reflexão realizada na tese clássica.

O autor evidencia que apesar do forte impulso inicial, provocado pela comercialização do café, expansão urbana e o vigente crescimento industrial, o processo histórico-social revela lentidão no processo de integração nas modalidades de trabalho remunerado, forma típica de inserção econômica da classe trabalhadora sob o capitalismo.

A conclusão de Fernandes revela uma dificuldade do negro em se incluir na sociedade de classes por alguns motivos: apesar do regime escravocrata ter acabado, o regime social mantinha uma nítida separação entre o branco e o negro; mesmo estando livre da escravização, os negros sofriam com a herança dessa condição, mantendo-se inerte nas posições socioeconômicas subalternas; em posição oposta, o homem branco maninha seus privilégios, naturalizados nas primeiras décadas pós abolição e reforçados pelas teorias racistas vigentes. Por essas razões, Florestan argumenta que mesmo o regime de trabalho não sendo mais escravocrata, os resquícios dessa ordem ainda eram bastante em meados do século XX.

2. METODOLOGIA

Para a realização desse estudo, se fez uma análise detalhada da obra “*A Integração do Negro na Sociedade de Classes*”, de Florestan Fernandes (1964), com destaque para o capítulo 3º desse livro, que trata da heteronomia racial na

sociedade de classes, confrontando o mito da democracia racial e os padrões tradicionalistas de relações raciais no país.

Realizamos também a coleta e a interpretação de dados recentes, retirados do IBGE através de pesquisas como: *Síntese de Indicadores Sociais (SIS)* de 2021; *PNAD Contínua* de 2021; *Atlas da Violência* de 2020; *Censo Agropecuário* de 2017 e *Censo da Educação Superior* de 2020.

À luz da obra de Florestan Fernandes, realizamos a análise quanti-qualitativa, constituindo uma interpretação dos dados que permita compreender o panorama geral sobre a persistência das desigualdades raciais no Brasil.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da tese de uma relativa inércia socioeconômica do povo negro pós-abolição, mantendo-os à margem ou em posições subalternas do mercado de trabalho formal e das oportunidades de ascensão, não teria sido necessária uma ação reacionária por parte da população branca para a manutenção de seus privilégios sociais. Isso teria se dado pelos mecanismos da própria ordem social competitiva, como se fossem naturais.

Mesmo que permanecessem alguns constrangimentos, cerceamentos e limitações de direitos para os negros, não foram consolidadas barreiras segregacionistas amparadas por instituições formais. O que contrasta com os embates ferrenhos que aconteceram nos Estados Unidos. No Brasil esta dita inércia por parte do povo negro na sociedade brasileira o manteve em posições subalternas, mas, numa situação social de desamparo para a participação na sociedade competitiva. Assim, diante da inação institucional dos grupos sociais e políticos estabelecidos, se constituiu o destino da população negra sem qualquer política de integração efetiva.

Como revelado por Florestan, a perpetuação dos padrões de relações raciais elaboradas sob regime da escravização e do domínio senhorial foi produzida a par de qualquer temor. Mesmo estando livre das correntes que os escravizaram, as pessoas negras encontravam-se, nas primeiras décadas do século XX, numa sociedade que não os libertou de fato. A garantia formal dos direitos de um cidadão livre, não se realiza sem meios institucionais de promoção do exercício desses direitos. Assim, os negros não desfrutaram dos mesmos direitos já experimentados pelos brancos.

A atualização dessa tese passa pela problematização “como está o processo de integração dos negros no Brasil das primeiras décadas do século XXI?” Constituímos essa análise a partir de dados de pesquisas realizadas pelo IBGE através de pesquisas como: *Síntese de Indicadores Sociais* de 2021; *PNAD Contínua* 2021; *Atlas da Violência* 2020; *Censo Agropecuário* de 2017 e *Censo da Educação Superior* de 2021.

Em 2021, considerando a linha da pobreza monetária, proposta pelo Banco Mundial, a proporção de pessoas pobres no país era de 18,6%, entre brancos; e praticamente o dobro entre a população negra, 34,5 e 38,4 entre pardos. Também em 2021, a taxa de desemprego na população branca era de 11,3%, enquanto a taxa de desemprego na população negra era de 16,5% e de 16,2% na população parda, e ainda em 2021 a taxa de informalidade da população ocupada era 40,1%, sendo 20,7% de informais sendo brancos, 40,3 negros e 39% de pardos.

O rendimento médio dos trabalhadores brancos supera muito o trabalhadores negros e pardos, sendo de R\$ 3.099,00 o rendimento medio do trabalhador branco, R\$ 1.764,00 o rendimento de trabalhadores negros e de R\$ 1.814,00, o de pessoas pardas.

TABELA 1 – Síntese dos dados

Dimensão	Indicador	Negro	Pardos	Brancos
Economia	% Pobreza	34,5	38,4	18,6
	% Desemprego	16,5	16,2	11,3
	Rendimento Médio	R\$ 1.764,00	R\$ 1.814,00	R\$ 3.099,00
	% Proprietários rurais	15,5	17,4	67,1
Educação	% Matrículas no Ensino Superior – Pedagogia	11,6	26	62,4
	% Matrículas no Ensino Superior – Enfermagem	8,5	35	56,5
	% Matrículas no Ensino Superior – Medicina	3,2	28	68,8
Violência	Homicídios (em 100 mil)	21,9	34,1	11,5

Fonte: *Síntese de Indicadores Sociais* de 2021; *PNAD Contínua* 2021; *Atlas da Violência* 2020; *Censo Agropecuário* de 2017 e *Censo da Educação Superior* de 2021.

Em 2020, houve 49,9 mil homicídios no Brasil, ou 23,6 mortes por 100 mil habitantes, entre as pessoas brancas, a taxa foi de 11,5 mortes por 100 mil habitantes, entre pessoas pardas, a taxa foi de 34,1 mortes por 100 mil habitantes, já entre a população negra foi de 21,9 mortes por 100 mil habitantes.

Segundo o Censo Agro de 2017, entre os proprietários de grandes estabelecimentos agropecuários 67,1% eram brancos, 17,4% eram pardos e apenas 15,5% eram negros.

No ensino superior, as matrículas em 2020, as maiores proporções da população negra e parda estavam; pedagogia com 11,6% de negros e de 36% de pardos; em enfermagem 8,5% eram negros e 35% eram pardos, já no curso de medicina tinha apenas 3,2% de negros matriculados enquanto tinha 28% de pessoas pardas matriculadas.

4. CONCLUSÕES

A análise da inserção do negro na sociedade de classes brasileira nas primeiras décadas do século XXI realizada neste trabalho nos fez questionar quais foram as mudanças desde meados do século XX, quando Florestan Fernandes realiza seu estudo em São Paulo. Houve um processo de integração

efetivo? Será que o negro e o pardo estão inseridos adequadamente na sociedade brasileira?

A resposta foi constituída através da busca de dados apresentados na sessão anterior. Revela-se que a população negra segue sofrendo repressão e cerceamento de direitos em diferentes dimensões de sua vida social: econômica, educacional e na própria segurança física. Isso mostra que estamos longe de efetivamente superar a subjugação histórica do povo negro no Brasil.

Por óbvio, podemos fazer a reflexão que sim diversos avanços aconteceram. A sociedade brasileira tem se mostrado mais inclusiva, políticas públicas de integração têm sido promovidas, com destaque para aquelas constituídas nas primeiras décadas do século XXI. No entanto, não podemos negar que os avanços foram tímidos, em comparação aos desafios que ainda estão colocados: ainda há um caminho longo a ser percorrido.

Como os dados contemporâneos revelam, a população negra é a que tem menos acesso à renda, menos acesso à educação e a que mais perde a vida em homicídios. Em diálogo com Florestan Fernandes, evidencia-se que este é um problema crônico da sociedade brasileira. Apesar de recorrente, não podemos naturalizá-lo ou jogá-lo para “baixo do tapete”, como se a solução fosse esconder nossas vergonhas. Esse debate precisa avançar para que cada vez possamos avançar na direção de uma sociedade mais justa.

É importante contextualizar que Florestan Fernandes estuda como a população negra vinha sendo integrada na sociedade brasileira nas décadas seguintes à abolição da escravidão. Naquela época, ele concluía que esta inserção se dava de forma insuficiente e mantinha a hierarquia social da época escravista. O que observamos durante a coleta dos dados, é que no fundo, as mudanças foram tímidas, muito aquém do que se esperava. Assim, podemos afirmar que mantivemos o padrão de hierarquia econômico-racial que Florestan relatava.

A inclusão que tem sido promovida mostra-se insuficiente e com tímidos efeitos sociais. É evidente que ainda temos um longo caminho até a equidade de direitos e oportunidades ser alcançada. Há muito o que avançar para que a sociedade brasileira seja de fato justa para todos, independente de raça. O caminho da pesquisa, desde a análise aprofundada de uma das teses clássicas da sociologia brasileira, passando pela busca de dados atualizados sobre o tema e a reflexão provocada, nos faz perguntar se a integração do negro de forma precária na sociedade brasileira se dá pelas dinâmicas próprias do regime capitalista que hierarquiza a população em classes desiguais ou por que vivemos numa sociedade assombrada por dinâmicas coloniais de segregação racial?

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, Florestan. **A introdução do negro na sociedade de classes**. Rio de Janeiro: Globo, 1964. Cap. 3.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento**. Agência de Notícias IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento>. Disponível em: 10 ago. 2025.